

"Eu evitaria novas concessões", diz secretário da Previdência sobre reforma

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Marcelo Caetano afirmou ainda que, se aprovada, reforma permitirá que o próximo não mexa nas regras por uma década. RIO - O secretário da Previdência, Marcelo Caetano, disse nesta segunda-feira que o governo deve evitar fazer novas concessões à reforma da Previdência – uma estratégia adotada para tentar aprovar o texto ainda neste ano. — Eu vejo que a gente alcançou um ponto de equilíbrio entre a perspectiva técnica de alterações e as concessões que foram feitas que beneficiaram a população mais carente do país. Eu evitaria haver novas concessões — afirmou Caetano, em entrevista a jornalistas após seminário na FGV, no Rio. Caetano afirmou ainda que, se aprovada, a reforma permitirá que o próximo governo, que assume em 2019, não precise mexer novamente nas regras previdenciárias e assistenciais. Ele estima que, da forma como está desenhada, a reforma atual daria tranquilidade para o país por pouco mais de uma década. — Aprovando a reforma da Previdência tal como está na emenda aglutinativa, a próxima administração não necessitará discutir o tema da reforma da Previdência. Nos dois mandatos — frisou. O secretário defende que a reforma deve ser feita "o quanto antes", embora o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e o presidente Michel Temer já tenham sinalizado a dificuldade de aprovar a proposta ainda neste ano. Para Caetano, se a proposta ficar para 2019, por exemplo, será mais difícil equacionar o sistema. — É possível, sim, ter a reforma da Previdência aprovada em 2018, mas o quanto antes melhor. A gente está trabalhando ainda neste ano ter uma votação na Câmara dos Deputados. Naturalmente, quem vai definir isso é o Poder Legislativo. A gente tem um trabalho de muito diálogo — afirmou. Ele defendeu ainda que adiar a aprovação do texto obrigará o governo a fazer medidas mais duras. No limite, mexer com direitos adquiridos. — Ainda hoje, é possível fazer uma reforma da Previdência em que se respeite os direitos adquiridos, em que não se precise passar por situações tal como se passou na Grécia e em Portugal em que houve a necessidade de se reduzir o valor do benefício. A gente ainda tem tempo. Mas a realidade não da União, não do INSS, mas em alguns estados a gente já vê a dificuldade de pagar aposentadorias e pensões, indicando a urgência — afirmou.